

- REQUERIMENTO** Número /XI (.ª)
- PERGUNTA** Número /XI (.ª)

Expeça-se

Publique-se

/ /

O Secretário da Mesa

Assunto: TDT Requerimento

Destinatário:

Sua Excelência

O Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares

Dr. Miguel Relvas

A anunciada implementação da Televisão Digital Terrestre (TDT) e conseqüente "apagão" do sinal analógico há muito que tem preocupado o Partido Social Democrata. De resto, já nesta legislatura, o Grupo Parlamentar do PSD requereu a audição em sede de Comissão para a Ética, Cidadania e Comunicação do Sr. Presidente da ANACOM, justamente para prestar esclarecimentos sobre a migração para o digital, o respectivo impacto sobre as populações e, bem assim, o andamento de todo o processo.

Sucedo que, no passado dia 17 de Outubro o Jornal "*Diário Do Minho*", deu conta de uma conferência, realizada na cidade de Braga, com o objectivo de esclarecer a população sobre as implicações da passagem do sinal de televisão analógico para o digital.

De acordo com o referido jornal, um grupo de autarcas e cidadãos "*insurgiu-se contra o processo em marcha porque algumas zonas daqueles territórios vão ficar arredados da designada Televisão Digital Terrestre (TDT) quando for desligado em definitivo o sinal analógico, a partir de 2012*".

Ainda de acordo com o texto da mencionada notícia, "*[...] há povoações em Vieira do Minho, Terras de Bouro e outros concelhos do interior como Montalegre, por exemplo, onde o sinal digital não chegará, a não ser que as pessoas instalem uma antena parabólica para receber o sinal via satélite, o que implica custos adicionais para além da aquisição do descodificador no caso do televisor não estar preparado para o novo sinal. Tudo somado, serão necessários cerca de 150 euros para estas pessoas poderem continuar a ver os quatro canais de TV nacionais em sinal aberto.*"

A confirmarem-se as preocupações vertidas na conferência realizada em Braga, estaremos perante uma situação grave e discriminatória que afectará uma população, na sua grande maioria, idosa e de poucos recursos financeiros, que dificilmente poderá suportar 150 Euros para manter os 4 canais de televisão emitidos em sinal aberto.

Em face do exposto, nos termos legais e regimentalmente aplicáveis, pergunta-se:

1. O Governo tem conhecimento desta situação?
2. Em caso afirmativo, que medidas estão a ser tomadas no sentido de mitigar o impacto da migração para o digital nos concelhos de Vieira do Minho, Terras de Bouro e Montalegre?

Palácio de São Bento, 19 de Outubro de 2011.

Deputado(a)s: